



Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica

Collaborative teaching/co-teaching/bi-teaching: for inclusive education: the bets of scientific production

Enseñanza colaborativa/coenseñanza/bidocência para la educación inclusiva: las apuestas de la producción científica

Sandy Varela de Christo¹, Geovana Mendonça Lunardi Mendes²

Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

Recebido em: 22/08/2018

Aceito em: 26/11/2018

Resumo

O objetivo do presente estudo é identificar e analisar discussões científicas que tematizam o ensino colaborativo em contextos de educação inclusiva. Para tanto, empreendemos um estudo exploratório de caráter bibliográfico, realizando levantamento de artigos científicos em portais de busca com as palavras-chave: ensino colaborativo, coensino e bidocência. O levantamento revelou dez pesquisas que abordavam o tema na especificidade do recorte assumido. Por intermédio da análise, percebemos que os pesquisadores acabam levando essa prática pouco comum para as escolas por meio de suas pesquisas ou projetos vinculados a universidades e em seus relatos expõem as vantagens do ensino colaborativo para a inclusão nas escolas. Nesse sentido, é possível afirmar que a produção científica faz uma “aposta” nessas experiências como potencialmente positivas para as práticas de educação inclusiva.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. Educação especial. Inclusão.

Abstract

This study aims to identify and analyze scientific discussions focused on collaborative teaching in contexts of inclusive education. Hence, an exploratory study of bibliographic character was executed. To perform the bibliographic search, specific keywords were inserted into search databases (collaborative teaching, co-teaching and bi-teaching). This endeavor revealed ten works that approached the theme in the specificity of the assigned cut. By analyses of the researches content, it was possible to identify that researchers end up taking this unusual practice to schools through their projects linked to universities. Also, it was possible to see that researchers use their reports to expose the advantages of collaborative teaching for inclusion in schools. Therefore, it is possible to affirm that the scientific production trusts in these experiences as potentially positive for the practices of inclusive education.

Keywords: Collaborative teaching. Special education. Inclusion.

¹ E-mail: sandykame2@gmail.com

² E-mail: geolunardi@gmail.com

Resumen

El objetivo del presente estudio es identificar y analizar discusiones científicas que tematizan la enseñanza colaborativa en contextos de educación inclusiva. Para ello, emprendimos un estudio exploratorio de carácter bibliográfico, realizando levantamiento de artículos científicos en portales de búsqueda con las palabras clave enseñanza colaborativa, coenseñanza y bidocência. El levantamiento reveló diez encuestas que abordaban el tema en la especificidad del recorte asumido. Por intermedio del análisis, percibimos que los investigadores llevan esa práctica poco común a las escuelas a través de sus investigaciones o proyectos vinculados a las universidades y en sus relatos exponen las ventajas de la enseñanza colaborativa para la inclusión en las escuelas. En ese sentido, es posible afirmar que la producción científica hace una "apuesta" en esas experiencias como potencialmente positivas para las prácticas de educación inclusiva.

Palabras clave: Enseñanza colaborativa. Educación especial. Inclusión.

Introdução

A política de Educação Especial, na última década, no Brasil, passou por mudanças estruturais e conceituais em virtude de documentos legais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Resolução nº 04, de 2009, o Decreto nº 6.711, de 2011, dentre outros documentos. Tais referências direcionaram o serviço de apoio da Educação Especial para as escolas regulares, dentro das quais o suporte especializado é oferecido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isso acontece no contraturno da escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial (deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), nas salas de recursos multifuncionais. O serviço de AEE é compreendido como um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados de maneira a complementar a formação de estudantes com deficiência e transtornos globais e a suplementar a formação de estudantes com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011).

Em contrapartida, o sistema de apoio baseado exclusivamente no AEE não só acomoda a diferença, mas reforça o distanciamento existente entre a Educação Especial e a Educação Geral¹. Logo, a responsabilidade da escolarização do estudante público-alvo da Educação Especial incide sobre o professor do AEE, enquanto a escola pouco se modifica para acolher as diferenças de seus alunos (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014). Consideramos que o AEE extraclasse é, por vezes, relevante e necessário, mas somente ele não garante o desenvolvimento e a qualidade da aprendizagem do estudante com deficiência em sala de aula. Em atenção a esse fato, pesquisas como as de Fontes (2013), Braun e Marin (2016), Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), dentre outras, têm apontado para a importância do trabalho articulado da Educação Especial e da Educação Geral¹.

Em termos de políticas educacionais, a colaboração entre esses professores, da Educação Especial e Educação Geral, é orientada, mesmo que timidamente, pela resolução CNE/CEB 4/2009, a

qual estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, indicando no art. 13º as atribuições do professor de AEE, sendo uma delas “estabelecer articulação com o professor de sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares” (BRASIL, 2009, p. 3).

Nesse sentido, Fontes (2013) afirma que, enquanto tiver uma desarticulação entre as funções dos professores generalistas e dos professores especialistas, o estudante público-alvo da Educação Especial continuará sendo somente responsabilidade da Educação Especial, isto é, do professor de apoio ou do professor do Atendimento Educacional Especializado. Logo, o ensino colaborativo pode ser entendido como uma forma de garantir a escolarização desse público, de modo que todos os profissionais da escola se sintam responsáveis pelo processo de inclusão (FONTES, 2013).

O ensino colaborativo, também nomeado de coensino e bidocência, é, portanto, a colaboração do professor de Educação Especial com o professor da Educação Geral, visando ao trabalho em conjunto, com mútuo apoio, buscando atingir objetivos comuns negociados no coletivo, estabelecendo relações que tendem a não hierarquização, exercitando a liderança compartilhada, a corresponsabilidade pelas ações e a confiança mútua (DAMIANI, 2008). Além disso, as experiências educacionais de países mais avançados em propostas inclusivas similares à nossa tem apontado que a colaboração entre esses dois professores é um dos pontos-chave para o sucesso da escolarização de estudantes com deficiência. Nas pesquisas de Peterson (2006), identificamos essa experiência nos Estados Unidos da América (EUA), e, em Beyer (2004), verificamos os dados dessa prática na Alemanha. Já no Brasil, o ensino colaborativo em contexto de educação inclusiva, ainda em estágio embrionário, tem sido foco de pesquisas científicas, como iremos demonstrar no decorrer deste artigo.

O recorte aqui apresentado deriva de duas investigações conduzidas pelas pesquisadoras, a dissertação de mestrado e a pesquisa em rede “Escarização de Alunos com Deficiência Intelectual: Políticas Públicas, Processos Cognitivos e Avaliação de Aprendizagem”, vinculada ao programa Observatório de Educação (Obeduc/CAPEs), que envolve os programas de Pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC).

Face o exposto, é propósito deste artigo identificar e analisar discussões científicas que estão abordando o tema ensino colaborativo em contexto de educação inclusiva por meio de um levantamento de artigos, o qual será detalhado na seção a seguir, que explica a metodologia utilizada. A

análise dos artigos selecionados é apresentada na seção 2, indicando essas experiências como potencialmente positivas para as práticas de educação inclusiva.

Os artigos mapeados e as fontes pesquisadas

O recorte apresentado neste artigo decorre de um estudo de caráter exploratório. Esse tipo de estudo tem a intenção de fornecer uma visão panorâmica e uma primeira aproximação com a temática investigada (GONÇALVEZ, 2007), podendo ser também denominado pesquisa de base, pois oferece suportes para realização de outros estudos aprofundados.

Por meio da pesquisa bibliográfica definida por Gil (2010), de investigações que tenham como base materiais já publicados, sejam eles impressos ou disponibilizados pela internet, foi realizado levantamento de artigos científicos com as palavras-chave: ensino colaborativo, coensino, bidocência. A busca foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES/MEC e na plataforma da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Em relação ao critério de seleção dos artigos, no momento da busca, lemos os resumos e selecionamos somente os que abordavam a temática ensino colaborativo relacionado à inclusão escolar, ou seja, pesquisas que tinham como objeto de estudo a colaboração da Educação Especial na sala comum.

Na base de dados SciELO, utilizamos o operador lógico AND e as palavras-chave ensino colaborativo e inclusão, entre aspas duplas (“ensino colaborativo AND inclusão”) e encontramos sete artigos, sendo que somente dois desses trabalhos tratavam sobre o tema pesquisado. Já com a palavra-chave “coensino”, encontramos o total de três trabalhos e selecionamos dois, e com “bidocência” não obtivemos nenhum resultado.

Realizamos o mesmo procedimento no Portal de Periódicos da CAPES/MEC utilizando cada uma das palavras-chave. Com “ensino colaborativo AND inclusão”, obtivemos o resultado de duzentos e vinte e dois trabalhos. Após análise prévia, encontramos oito trabalhos que abordavam o tema na delimitação estabelecida para este estudo. Já com a palavra-chave “coensino”, localizamos três trabalhos, porém somente um desses era sobre a temática pesquisada. Por fim, com a palavra-chave “bidocência”, obtivemos o total de cinco trabalhos, todavia com a delimitação temática requerida, selecionamos somente dois.

Após análise geral dos dados, excluímos os artigos que se repetiam na busca com as diferentes palavras-chave nas duas plataformas de busca e obtivemos o total de dez artigos científicos, como

mostra o quadro a seguir:

Quadro 1
Artigos das bases de dados SciELO e Portal de Periódicos CAPES

Título	Referência	Periódico
Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual	TOLEDO; VITALIANO, 2012.	SciELO
O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil	TOLEDO; VITALIANO, 2012. DAVID; CAPELLINI, 2014.	CAPES
Valoración del trabajo colaborativo entre profesores de escuelas básicas de Tomé, Chile	ROJAS; CORNEJO, 2014.	SciELO
Formação de professores e ensino colaborativo: proposta de aproximação	CABRAL et al., 2014.	CAPES
Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores	VILARONGA; MENDES, 2014.	SciELO (2)
Educação especial na perspectiva inclusiva: implicações para o trabalho docente articulado no Ensino Médio Tecnológico	COSTAS; HONNEF, 2015.	CAPES
O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente	VILARONGA; MENDES; ZERBATO, 2016.	CAPES (2)
A Bidocência como uma proposta inclusiva	PINHEIRO; MASCARO, 2016.	CAPES (2)
Assessoria para inclusão na formação profissional	PINHEIRO; MASCARO, 2016.	CAPES
Iniciação à docência na educação especial	CASTRO; MENEZES; BRIDI, 2016.	CAPES

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Destes dez trabalhos, nove são do território brasileiro e um proveniente do Chile. As pesquisas brasileiras se concentram em instituições do Sudeste e do Sul do país, sendo seis da região Sudeste do Brasil e quatro na região Sul. A vinculação dos pesquisadores varia entre poucas universidades, a saber, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), origem de quatro artigos selecionados. No que diz respeito aos anos das publicações, foram mais recorrentes as pesquisas nos anos de 2014 e 2016, tendo quatro pesquisas em cada ano citado, o que mostra a atualidade dessa temática.

A “aposta” na colaboração como caminho para práticas escolares inclusivas

Com base no corpus empírico, destacado anteriormente, analisamos os artigos, estabelecendo

categorias que apontam para três eixos: Formação de professores por meio do ensino colaborativo; Projetos de ensino colaborativo nas escolas; Ações colaborativas na escola.

No primeiro eixo, relacionado à formação de professores, concentram-se quatro trabalhos, como mostra o Quadro 2:

Quadro 2
Categoria formação de professores por meio do ensino colaborativo

Título	Referência
Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual	TOLEDO; VITALIANO, 2012.
Formação de professores e ensino colaborativo: proposta de aproximação	CABRAL et al., 2014.
Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores	VILARONGA; MENDES, 2014.
O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente	VILARONGA; MENDES; ZERBATO, 2016.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No trabalho de Toledo e Vitaliano (2012), os pesquisadores trabalham em parceria com o professor da sala de aula comum, fazendo-o refletir sobre sua prática a partir dos questionamentos e das informações levadas pelos pesquisadores. No mesmo caminho, a pesquisa de Cabral et al. (2014) leva para a escola a proposta de ensino colaborativo. Nesse contexto, o pesquisador trabalha junto com o professor de sala comum, fornecendo, de certa maneira, uma formação sobre a prática do ensino colaborativo.

Em relação à metodologia científica de ambos os trabalhos, os autores Toledo e Vitaliano (2012) utilizam a pesquisa colaborativa; já na investigação de Cabral et al. (2014), foi escolhida a pesquisa-ação colaborativa. Esses tipos de pesquisas, ao mesmo tempo em que contribuem para o campo científico, realizam formação com os professores envolvidos na pesquisa de campo.

O trabalho de Vilaronga e Mendes (2014) tem como objeto de estudo um curso de formação de professores elaborado pelas autoras durante a pesquisa de doutorado, o qual teve o objetivo de ampliar o conhecimento de coensino para professores da Educação Especial que atuam na rede regular de ensino. Dentro desse contexto, elas analisam experiências práticas vividas pelos professores que participaram da formação supracitada. Nas conclusões do artigo, as pesquisadoras nos informam que, a partir do curso de formação, a proposta de ensino colaborativo foi fortalecida no município de São

Carlos/SP, passando a integrar o Plano Municipal de Educação dos próximos dez anos. O trabalho de Viralunga, Mendes e Zerbato (2016) é um aprofundamento do trabalho de Viralunga e Mendes (2014). Nesse trabalho, elas analisam somente um caso de colaboração.

Nesses dois trabalhos, a metodologia empregada é a pesquisa-ação, com a justificativa de que esta leva, para o campo de pesquisa, ideias práticas para causar impacto no contexto e nos participantes da pesquisa, tendo também como objetivo levantar problemas práticos que se deseja melhorar e resolver (VIRALONGA; MENDES, 2014). Portanto, é bastante interessante perceber que, além da temática “colaboração”, as próprias pesquisas são conduzidas optando por metodologias ativas que reconfiguram a posição pesquisador/pesquisado. Tais aspectos apontam para o ineditismo não só da temática no cotidiano das escolas, mas para a necessidade de construção de desenhos metodológicos que possibilitem a investigação da própria temática.

No eixo 2, sobre os projetos que levam para a escola o ensino colaborativo, temos três trabalhos, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 3
Projetos de ensino colaborativo nas escolas

Título	Referência
Assessoria para a inclusão na formação profissional	PINHEIRO; MASCARO (2016a).
A bidocência como uma proposta inclusiva	PINHEIRO; MASCARO (2016b).
Iniciação à docência na Educação Especial	CASTRO; BRIDI (2016).
Valoración del trabajo colaborativo entre profesores de escuelas básicas de Tomé, Chile.	ROJAS; CORNEJO (2014)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nesse eixo, agrupamos os trabalhos que apresentam projetos dos pesquisadores no ambiente escolar. Assim, o trabalho de Romano e Bridi (2016) tem como objeto de estudo diários de campo de quatorze bolsistas de iniciação à docência com o objetivo de produzir reflexões acerca das experiências de ensino colaborativo. Desse modo, essa pesquisa também tem como um dos objetivos favorecer a implementação de parcerias colaborativas entre o Ensino Regular e a Educação Especial.

Na pesquisa de Pinheiro e Mascaro (2016a) é apresentado o Núcleo de Estudos e Assessoria Pedagógica à Inclusão (NEAPI). Esse núcleo fornece formação continuada e assessoramento técnico para professores especialistas em Educação Especial que atuam no AEE, além de acolher várias ações e projetos, dentre essas, a bidocência. Nesse contexto, o professor de Educação Especial, assessorado

pelo NEAPI, atua junto com o professor regular.

Já o trabalho de Pinheiro e Mascaro (2016b) teve como objetivo apresentar o projeto de bidocência que envolve o NEAP e uma escola de Ensino Fundamental com foco na deficiência intelectual. Nesse trabalho, as professoras especialistas atuavam diretamente na sala comum, compartilhando a docência com o professor dos anos iniciais. Os pesquisadores ainda afirmam que, com essa prática, houve significativas conquistas para os estudantes com deficiência intelectual. Por fim, os pesquisadores concluem o estudo desejando que os resultados do projeto possam contribuir para a elaboração de diretrizes para o trabalho pedagógico com estudantes com deficiência intelectual.

Os pesquisadores chilenos Rojas e Cornejo (2014) abordam uma experiência do país com a prática do trabalho colaborativo. A pesquisa se dá na comunidade de Tomé, no Chile, com o propósito de desvelar a percepção dos professores (Educação Regular e Especial) sobre o trabalho colaborativo no contexto de programas de integração escolar. Os resultados sinalizam que existem graus de colaboração entre os professores. Também aparecem concepções tradicionais e discriminatórias entre as modalidades de Educação Regular e Educação Especial, segundo o discurso dos professores participantes. A pesquisa mostra os entraves dessa política para as escolas, sendo que os professores vêm de uma cultura de prática docente individualizada, dificultando a execução dessa prática por conta da cultura escolar.

Com isso, identificamos que, nesse eixo, também há uma “aposta” favorável à experiência de colaboração e a descrição de vivências já constituídas nessa perspectiva. Contudo, na pesquisa realizada no Chile, percebemos alguns obstáculos que essa prática pode enfrentar no contexto escolar.

No terceiro eixo, concentramos os trabalhos que abordam o ensino colaborativo, um com foco na Educação Infantil e outro no Ensino Médio e Técnico.

Quadro 4 Ações colaborativas

Título	Referência
O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil	DAVID; CAPELLINI (2014).
Educação Especial na perspectiva inclusiva: implicações para o trabalho docente articulado no Ensino Médio e Tecnológico	COSTAS; HONNEF (2015).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O trabalho de David e Capellini (2014) teve como objetivo realizar uma revisão de literatura

sobre o ensino colaborativo e a Educação Infantil e verificar o conhecimento dos professores sobre essa estratégia pedagógica. A investigação ocorreu em quatro unidades de Educação Infantil com 45 participantes. A partir da análise dos questionários, foi possível perceber que os professores da Educação Infantil têm consciência de sua importância, mas reconhecem que precisam de apoio para atender a todos. Entretanto, muitos não sabem da existência do professor de Educação Especial. Logo, os autores constatarem que, nas unidades de Educação Infantil pesquisadas, o ensino colaborativo, entre a Educação Especial e os professores de Educação Infantil, não acontece. Outro resultado obtido foi quanto às produções, concluindo que ainda são escassas pesquisas que abordem a inclusão na Educação Infantil.

Costas e Honnef (2015) trazem em seu artigo uma adaptação ao ensino colaborativo para o Ensino Médio Técnico, o trabalho articulado. Para os autores, o ensino colaborativo é mais adequado para os anos iniciais e não para os anos finais, Ensino Médio e Técnico, tendo em vista que nesses níveis não se tem mais a unidocência, havendo a articulação do professor de Educação Especial com diferentes professores. Assim, o trabalho articulado se apresenta distinto do ensino colaborativo apenas no fato de que nem sempre esses dois professores precisam estar juntos em sala de aula comum. Contudo, o planejamento e a avaliação das aulas são pensados em conjunto. A partir disso, a pesquisa teve como objetivo analisar como os professores do Ensino Médio e Tecnológico de um Instituto Federal de Educação no Rio Grande do Sul percebem o trabalho articulado, quais limitações e possibilidades diante da inclusão de estudantes com deficiência. Os pesquisadores concluem que essa prática tem obstáculos a serem superados, como o número de professores de Educação Especial no Ensino Médio Técnico e a necessidade de encontros e discussões acerca do trabalho articulado. Por fim, Costas e Honnef (2015) acreditam no potencial do trabalho docente articulado para mobilizar a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

De modo geral, por mais que essa prática seja pouco vivenciada no contexto brasileiro, ela vem chegando à escola a partir da universidade por meio de projetos de formação e de pesquisas. Foi possível perceber que a maioria das pesquisas aponta para os benefícios que essa prática pode proporcionar para o contexto escolar e para a inclusão em sala de aula comum.

Considerações finais

Como, no Brasil, temos ainda o trabalho do professor de Educação Geral e do professor da

Educação Especial desarticulado e, muitas vezes, sem aproximação, a maioria dos artigos que aborda o ensino colaborativo é de pesquisadores que buscam levar esse novo modo de fazer inclusão para as escolas. Assim, a partir de pesquisa colaborativa e pesquisa-ação, propõem-se reflexões por meio de suas pesquisas e projetos. Logo, por mais que essa prática seja pouco vivenciada no contexto brasileiro, acaba chegando à escola por meio da Universidade.

Em suma, as pesquisas mostram que o ensino colaborativo é uma prática promissora para a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas comuns. Do mesmo modo, as pesquisas apontam o quanto ainda precisamos avançar na formação inicial e continuada para valorizar práticas colaborativas nas escolas. Todavia, salientam que esse trabalho é um processo e que é preciso condições para realizá-lo, como tempo para o planejamento em conjunto, formações, mudanças nas políticas e práticas escolares.

Por fim, identificamos que a produção científica faz uma “aposta” favorável na colaboração, entre outros aspectos, pelas poucas experiências ainda em curso no Brasil. Identificamos, com este levantamento, que as pesquisas são pioneiras ao apresentar essa proposta às escolas. Por outro lado, esse “pioneirismo” pode limitar a capacidade crítica na medida em que há uma disposição em visualizar unicamente os aspectos positivos das experiências. Trata-se, portanto, de um campo muito fértil e que precisa seguir sendo explorado.

Nota

¹ Utilizamos o termo Educação Geral aqui para indicar o trabalho nas áreas disciplinares da escolarização. Na Educação Especial, esse debate ainda não é simples, mas não vamos entrar nele aqui. Utilizamos o termo Educação Geral como modo de se referir à chamada “escola regular”.

Referências

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília 02 out. 2009. Seção 1. p. 17.

_____. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRAUN, Patrícia; MARIN, Márcia. Ensino colaborativo: uma possibilidade do atendimento educacional especializado. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193-215, set/dez. 2016. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723817352016193/pdf_157. Acesso em: 30 jan. 2018.

BEYER, Hugo Otto. O pioneirismo da escola *flamming* na proposta de integração (inclusão) escolar na Alemanha: aspectos pedagógicos decorrentes. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 25, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4900>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio et al. Formação de professores e ensino colaborativo: proposta de aproximação. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 390-401, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7043>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Iniciação à docência na educação especial. **Journal Of In Special Educational**, Lisboa, Portugal, v. 16, n. 1, p. 658-661, jan. 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12326>. Acesso em: 01 de mar. 2018.

COSTAS Fabiane Adela Tonetto; HONNEF, Cláudia. Educação especial na perspectiva inclusiva: implicações para o trabalho docente articulado no ensino médio e tecnológico. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, EUA. v. 23, n. 35. p. 1-16. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5650516>. Acesso em: 01 mar. 2018.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o ensino colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 213-230. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602008000100013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 mai. 2016.

DAVID, Lilian; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 25, n. 2, p. 189-209, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2714>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FONTE, Regiane de Souza. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos, SP: Ufscar, 2014.

PETERSON, Patricia. Inclusão nos Estados Unidos: implementação e capacitação de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382006000100002&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 06 fev. 2018.

PINHEIRO, Vanessa Cabral da Silva; MASCARO, Angelica Aquino Carvalho. Assessoria para a inclusão na formação profissional. **Journal of in Special Educational**, Lisboa, Portugal, v. 16, n. 1, p. 197-200, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12141>. Acesso em: 01 mar. 2018.

ROJAS, Felipe Francisco Rodriguez; CORNEJO, Carlo Javier Ossa. Valoración del trabajo colaborativo entre profesores de escuelas básicas de Tomé, Chile. **Estudios Pedagógicos XI**, Valdivia, Chile, v. XL, n. 2, p. 303-319, 2014. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S071807052014000300018&lng=es&nrm=iso&tIng=pt. Acesso em: 01 mar. 2018.

TOLEDO, Elizabete Humai de; VITALIANO, Célia Regina. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 2, p. 319-336, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000200010. Acesso em: 01 mar. 2018.

VIRALONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. **Revista Brasileira Pedagógica**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217666812014000100008&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 01 mar. 2018.

VIRALONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves; ZERBATO, Ana Paula. O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente. **Interfaces da Educação**, Paraíba, v. 7, n. 19, p. 66-87, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1029>. Acesso em: 01 mar. 2019.